

# Santo Antônio do Leste

GOVERNO MUNICIPAL

Vivendo um novo tempo, construindo uma nova história

ADM. 2017 / 2020

P.M.S.A.L  
FILS Nº 36  
22-11-2018  
Weverton Ancelmo P de Sou  
Pregoeiro

DE: ASSESSORIA JURÍDICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO A. DO LESTE

PARA: EQUIPE DE PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO A. DO LESTE

REF.: SOLICITAÇÃO DE PARECER

TEMA: DISPENSA DE LICITAÇÃO – Nº 070/2018 – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 155/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SEGURO VEICULAR PARA VEÍCULOS NOVOS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 155/2018 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 070/2018 - PM/SAL

Preliminarmente, temos que o PARECER JURÍDICO é sempre procedimento de orientação formal e legal dos atos a serem praticados pela Administração Pública, quando solicitado por quem de Direito, e não é impositivo nem vinculativo, não obstante ser imperativo que todo ato administrativo deve seguir e observar os princípios básicos da Administração Pública, quais sejam, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, além das normas específicas de cada caso concreto.

Ancorado no fato de que em tese o PARECER JURIDICO nasce da observação do cumprimento dos princípios e normas do Direito Administrativo Público e, em cada caso concreto, da prática de todos os atos sucessivos desde a manifestação formal da necessidade do serviço ou produto pelo agente público competente para tal até homologação de todo o processo administrativo, é imperioso que tal PARECER seja emitido após a prática de todos os demais atos administrativos e devidamente assinados por quem de Direito, pois que estar-se-á exatamente a se observar quanto à formalidade e legalidade de todos os atos praticados.



# Santo Antônio do Leste

G O V E R N O M U N I C I P A L

Vivendo um novo tempo, construindo uma nova história

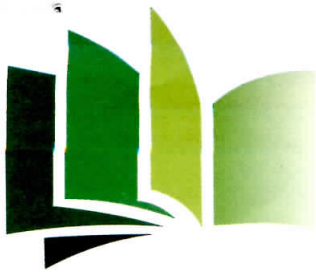
ADM. 2017 / 2020

P.M.S.A.L.  
FLS Nº 37  
RUB Q

Com o exposto, em análise das formalidades dos atos administrativos que compõe este Processo Administrativo de Licitação nº 155/2018 – DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 070/2018, tendo como objeto a contratação de serviços supracitado e consequente processo de pagamento com a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste , a equipe/comissão de Licitação do Município de Santo Antônio do Leste/MT, neste ato representada pelo servidor efetivo Weverton Ancelmo Pereira de Souza, presidente da Comissão de Licitação, designada via Portaria nº 0141/2018, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 2.911 – ano XIII, aos 05 de fevereiro de 2018, submete e requer a apreciação jurídica e emissão de respectivo **PARECER JURÍDICO o presente processo administrativo supra citado, com objeto acima citado.**

O presente Processo Administrativo teve início com a solicitação das Secretarias citadas, representadas por seus titulares Elaine de Fátima Mors, Claudilene Oliveira dos Santos e Jerônimo Lemes Siqueira, subscritores das respectivas solicitações, respectivamente nomeados via Portarias Municipal de nº 256/2017, devidamente publicada em Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – nº 2.763– ano XII – de 04/07/2017 do Estado de Mato Grosso; 002/2017 – publicada no mesmo Jornal – nº 2.638 – ano XII – de 03/01/2017 e Portaria nº 003/2017, publicada no mesmo Jornal – Edição 2.638 –a ano XII – de 03/01/2017, e outras secretarias, constante do Processo com suas respectivas solicitações formais e Portaria de nomeação, para que seja determinado a quem de direito a adoção de medidas administrativas e legais necessárias para a consecução do objeto deste Processo Administrativo de Licitação. Seguiu-se a partir daí todas as medidas legais e administrativas aptas à formalização pelos agentes competentes, quais sejam: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Secretaria de Finanças, Coordenadoria de Compras, Coordenadoria de Contabilidade, Comissão de Licitação e Assessoria Jurídica. Todos manifestaram-se formalmente nos termos requeridos e segundo suas competências, conforme consta nos autos deste Processo Administrativo, sendo que a Assessoria Jurídica o faz nos termos deste PARECER, ratificando formal e legalmente todos os atos até neste momento processual.

e-mail: prefeitura@santoantoniiodoleste.mt.gov.br



# Santo Antônio do Leste

G O V E R N O M U N I C I P A L

Vivendo um novo tempo, construindo uma nova história

ADM. 2017 / 2020

P.M.S.A.L  
FLS Nº 98  
RUB

DA LEGALIDADE:

Todos os atos administrativos para serem praticados, além de observarem todas as regras e procedimentos próprios da administração pública e os específicos de cada procedimento, devem observar os Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e a não observância gera efeitos e sanções nas searas administrativa, civil e penal, conforme cada caso concreto e em desfavor dos agentes legalmente responsáveis nos termos das mesmas normas vigentes.

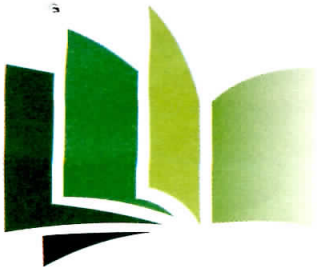
A Constituição Federal em seu artigo 22, inciso XXVII atrai para si a competência exclusiva de legislar sobre contratos e licitações públicas, por conseguinte, toda norma complementar, ordinária, regulamentadora de licitações e contratos devem seguir os parâmetros Constitucionais ali inseridos, tais como as Lei 8.666/93, 8.745/93 .

No caso em tela, DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 057/2018, verifica-se que formal e legalmente todos os atos praticados no Processo de Licitação o foram com total observância aos princípios gerais da Administração Pública e aos preceitos normativos específicos do procedimento praticado, desde o primeiro procedimento até a atual fase processual, especificamente o previsto no Inciso II do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93 e normas posteriores atualizadoras e regulamentadoras.

Na Administração Pública, temos que a regra geral é a prevista no Artigo 3º da Lei 8.666/93 que assim preceitua:

**Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada**

e-mail: prefeitura@santoantoniodoleste.mt.gov.br



# Santo Antônio do Leste

G O V E R N O M U N I C I P A L

Vivendo um novo tempo, construindo uma nova história

ADM. 2017 / 2020

P.M.S.A.L.  
FLS Nº 99  
RUB

em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Por conseguinte, não obstante tratar-se de dispensa de licitação embasado nos termos legais supracitados, nada obsta e se recomenda que seja formalizada e conste deste Processo Administração, a observância dos princípios da administração pública, da economicidade e eficiência, demonstrando que em qualquer modalidade de licitação sempre deve ser observado e se observa a melhor proposta e aquisição para o município. No caso concreto, recomenda-se que tenha parâmetros se possível do mesmo objeto em exercícios anteriores e/ou atual, formalizados e juntados ao presente processo, além de outros meios de embasamento de valores de locação.

Quanto ao presente processo de licitação, temos que a Dispensa de Licitação segue princípios e regras gerais da Constituição Federal e Lei 8.666/93 – artigo 24 X e demais supracitadas.

Considerando que o objeto deste é formalizar e legalizar o procedimento para finalidade supracitada e conseqüente contratação e procedimentos para pagamento do objeto da dispensa, em análise formal e legal ratificamos todos os atos já praticados e opinamos pelo prosseguimento normal deste até a homologação.

Ademais, no caso específico em tela, temos que a contratação de seguros de veículos ora adquiridos não poderiam ser em tese objeto de Planejamento da gestão para antecipar outras modalidades de licitação que não a dispensa, vez que a aquisição se deu com recursos próprios não previamente contidos em orçamento, vez tratar-se de arrecadação previsível porém não prevista nem determinável o período de arrecadação – ITBI e, por conseguinte, considerando que o início de Processo Administrativo de Licitação para contratação de seguros de veículos tem como pressuposto a aquisição do veículo para que sejam especificadas as características de cada veículo, sendo isto fato gerador do valor a ser tido e havido

e-mail: prefeitura@santoantoniodoleste.mt.gov.br



# Santo Antônio do Leste

G O V E R N O M U N I C I P A L

Vivendo um novo tempo, construindo uma nova história

ADM. 2017 / 2020

P.M.S.A.L

FLS Nº

RUB

500  
10

como balisamento a ser observado quando da publicação do Edital de Licitação, está plenamente justificável a adoção desta modalidade de Licitação – Dispensa, para atendimento dos veículos adquiridos e contidos neste Processo Administrativo, vez que já foram devidamente quitados, porém, “ad cautela” a gestão só inicia a disponibilidade dos mesmos para suas regulares atividades com a devida contratação dos seguros.

## OBSERVAÇÕES:

1 - OBS.: Não obstante quando da análise da documentação para formação deste Processo de Licitação, verificar-se a regularidade das proponentes e Certidões da empresa a ser contratada, tais Certidões não induzem necessariamente à regularidade para processo de pagamento, por conseguinte se faz necessário a observância da citada regularidade também nesta oportunidade.

2 - OBS.: Todos os pedidos que demandem licitação na modalidade dispensa nos termos do artigo 24 – II da Lei 8.666/93, devem ser previamente analisados pela equipe de licitação ou quem de direito quanto à existência de alguma licitação em vigência com o mesmo objeto e, caso exista, deve ser excluído do pedido de licitação a ser processado pela equipe de licitação. Recomendamos ainda que no Processo de Dispensa de Licitação deverá constar para conhecimento dos proponentes que se e quando o objeto da Dispensa for objeto de outra modalidade de licitação posterior à Licença e o objeto desta ainda não estiver concluído, fica o saldo do objeto automaticamente absorvido pela Licitação posterior a partir de sua publicação, nos casos em que se verificar condição mais benéfica ao erário.

**Pelo exposto, temos e havemos que o Processo de Dispensa de Licitação 155/2018 – Dispensa de Licitação 070/2018 - PM/SAL, em análise formal e legal dos procedimentos adotados, está apto para seguir-se os demais atos, até homologação e, após homologação, volte-se à Assessoria Jurídica para ratificação e/ou retificação do PARECER JURÍDICO e posterior publicação.**



# Santo Antônio do Leste

G O V E R N O M U N I C I P A L

Vivendo um novo tempo, construindo uma nova história

ADM. 2017 / 2020

P.M.S.A.L

PLS Nº

PRO

*los*  
*Q*

## É O PARECER!

Santo Antônio do Leste/MT, 22 de novembro de 2018.

~~ROQUE PEREIRA NETO~~

ASSESSOR JURIDICO

OAB/MT 5613

